



WORKING PAPER

A produção social da solidariedade operária: o caso de estudo da península de Setúbal numa perspectiva comparada

Joana Dias Pereira

N.º 5 / 2014

Ficha Técnica

Coleção: Working Papers IHC, n.º 5/2014

Direção: Maria Fernanda Rollo

Coordenação editorial: Alice Samara e Paula Borges Santos

Composição gráfica: Cristina Sizifredo

Edição: Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa

Morada: Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Avenida de Berna, 26C, 1069-061

Email: ihc@fesh.unl.pt

ISSN: 2183-2781

Resumo

A opção de analisar o desenvolvimento das relações sociais industriais através dos processos espaciais e demográficos co-implicados parte do pressuposto de que o espaço industrial e a população operária são socialmente produzidos, resultam da agência conflitual de variados agentes, entre os quais se destacam os industriais, o Estado e as classes trabalhadoras. Os processos de industrialização e urbanização, intensificados a partir de 1890, foram observados numa perspectiva integrada, tendo em consideração as tendências meridionais dominantes. Não obstante, o objecto deste artigo é o repertório estratégico dos trabalhadores e a sua acção colectiva, procurando-se compreender a base material e os recursos organizacionais que possibilitaram o processo de mobilização massivo das classes trabalhadoras na segunda década do século XX.

Palavras-chave: espaço industrial; redes sociais; associativismo; ação coletiva.

Summary

The option to analyze the development of industrial social relations through the co-implicated spatial and demographic processes, it's based on assumption that the industrial space and the working-class populations are socially produced, ie, the result of different actors conflicting agency, among which stand out industrialists, the state and the working-classes. The processes of industrialization and urbanization, intensified after 1890, were observed in an integrated perspective, taking into account the southern dominant trends. Nevertheless, the privileged object of research in this dissertation was the workers strategic repertoire and their collective action, intending to understand the material basis and organizational resources that enabled the process of working-class mass mobilization in the second decade of the twentieth century.

Keywords: industrial space; social networks; associacionism; collective action.

Introdução

A opção de analisar o desenvolvimento das relações sociais industriais através dos processos espaciais e demográficos co-implicados, parte do pressuposto que o espaço industrial e a população operária são socialmente produzidos, ou seja, resultam da agência conflitual de variados agentes, entre os quais se destacam o Estado, os industriais e as classes trabalhadoras. Observar as condicionantes e as consequências da agência de cada um destes protagonistas históricos, permite-nos destrinçar de que forma se produziram as proximidades e distâncias espaciais e sociais que estiveram na base dos grandes ciclos de agitação social que marcaram a segunda década do século XX.

1. A produção social do espaço e das populações

Foi possível verificar empiricamente que a forma como se implementou uma nova organização espacial da indústria na Península de Setúbal, encontra paralelos em diversos contextos da Europa meridional, onde a industrialização decorre da interação entre uma ou mais cidades e o seu *hinterland*, prolongando os antigos *faubourgs* – bairros populares periféricos onde o trabalho artesanal se implantava desde a medievalidade (Merlin, *Banlieues*, 6-15). Particularmente impulsionada pela empresa dos descobrimentos, a *produção social do espaço* nesta região vocacionou-se desde cedo para a formação de uma cintura paleo-industrial, beneficiando da abundância de combustível florestal e de uma pré-existente tradição manufactureira que recuava ao período romano (Torres, “Outra banda”, 169-174). A industrialização desta região poderá analisar-se, desta forma, como a aceleração de um processo secular.

No entanto, o padrão de fixação territorial das primitivas manifestações manufactureiras e industriais é consideravelmente distinto do que virá a caracterizar a industrialização tardo-oitocentista. A dispersão e a pequena dimensão são os traços mais vinculados (Medeiros e Guinote, *Banda d'além Tejo*, 169-174). A concentração, pelo contrário, será a principal característica do padrão de territorialização da segunda fase do processo de industrialização iniciado nas últimas décadas do século XIX. Neste processo, os Estados centrais têm um papel fundamental, localizando na periferia das cidades os principais portos, estações e interpostos comerciais (Rotbertg, “Social

Capital”, 108). Em 1861, a posição estratégica da Península de Setúbal foi potenciada pela construção da linha de caminho-de-ferro do Sul e Sueste e do seu terminal no Barreiro. A agência do Estado na produção social deste espaço traduz-se essencialmente nesta iniciativa levada a cabo durante o período da *Regeneração*. De resto, à semelhança do que sucedeu nas áreas metropolitanas da Europa meridional, foi dada total liberdade à iniciativa privada para aproveitar as condições naturais e as oferecidas pelas obras públicas em favor dos seus empreendimentos.

Como tem vindo a ser argumentado além-fronteiras, os industriais serão atraídos pela localização estratégica destes espaços, mas também pela possibilidade quer de empregar mão-de-obra especializada (Hanagan, *Logic of solidarity*, 9), treinada nas indústrias tradicionais, quer mão-de-obra indiferenciada (Breully, *Labour*, 84-85) que aí se ocupava sazonalmente em diversas tarefas agrícolas, marítimas, da construção civil, entre outras. A margem Sul do Tejo e Norte do Sado foi alvo de investimentos avultados, na sua maioria incluindo capital estrangeiro, traduzindo-se na ocupação de vastas parcelas dos territórios melhor localizados. Estes grandes empreendimentos cercaram os antigos enclaves rurais, transformando radicalmente a paisagem e o quotidiano das populações locais.

A principal inovação que a transferência da indústria para a periferia comporta é uma nova organização espacial do trabalho, reflectida na concentração dos trabalhadores em fábricas (Merriman, *Consciouness*, 93). Mais do que tecnologicamente inovadores, estes espaços impõem uma nova organização do processo produtivo concentrando na *oficina grande* – designação da primeira instalação da Mundet no Seixal - várias operações, que com a ajuda de maquinaria rudimentar permitiam ao empresário enfraquecer estruturalmente o papel do artesão ou trabalhador qualificado na produção. É de sublinhar que na Península de Setúbal a concentração e a proletarianização atingiu os principais sectores industriais, mas também a exploração da pesca, através da introdução dos cercos americanos.

A introdução do sistema fabril, todavia, longe de extinguir a oficina irá contribuir para a sua proliferação. Durante este período, nos contextos meridionais em paralelo com a expansão da grande indústria proliferam as unidades de pequena dimensão (Breully, *Labour*, 82-89). Na Península de Setúbal esta proliferação é clara, desempenhando um papel complementar fundamental na expansão dos principais

sectores – o corticeiro e o conserveiro. Os designados *fabricos*, contudo, trabalhavam normalmente na dependência das grandes fábricas.

A expansão do mercado industrial induziu a progressiva fixação de largos contingentes de trabalhadores sazonais nas periferias urbanas, transformando os padrões de mobilidade geográfica. Como tem vindo a ser verificado, a proletarização nos campos europeus antecedeu o processo de industrialização (Tilly, “Demographic Origin”, 36) e os fluxos migratórios sazonais oitocentistas inseriam-se numa tradição migratória induzida pela introdução de relações de tipo capitalista na exploração da agricultura (Lequin, *Formation de la classe*). No século XIX, a Península de Setúbal era o destino sazonal de milhares de jornaleiros provenientes das beiras e do Alentejo. Tal como além-fronteiras, na alvorada do século XX e perante as novas oportunidades de trabalho na indústria estes começam a fixar-se em cada vez maior número. A escolha dos subúrbios, ainda profundamente marcados pela ruralidade, e a persistente ligação à terra, porém, têm vindo a ser interpretadas também como formas de resistência à disciplina e à insegurança estrutural que caracterizava o trabalho industrial e a vida urbana.

Os trabalhadores qualificados, que possuíam as suas próprias redes seculares baseadas no ofício, conservaram, num primeiro momento, a primazia no controlo do mercado de trabalho, ou pelo menos sobre os lugares mais estáveis (Breully, *Labour*, 84-85). Os antigos artesãos resistiram enquanto puderam à perda de controlo do processo de trabalho, recorrendo ao auto-recrutamento e à endogamia, para preservar a transmissão do ofício no seio da família. Sob a pressão dos empregadores e a entrada de largos contingentes de trabalhadores indiferenciados no sistema fabril estas estratégias perdem eficácia. Na alvorada do século XX, a emergência do trabalhador semi-qualificado manejando maquinaria rudimentar enfraquece liminarmente a capacidade de resistência dos antigos artesãos e as suas possibilidades de ascensão social (Lequin, “Le citadins”, 471-560).

Nos países latinos este foi um processo lento, mas ao longo da I grande Guerra e no período do entre-guerras mitigam-se as hierarquias, reduzem-se as mobilidades e, sobretudo nos subúrbios industriais, é crescente a homogeneização e estabilidade entre as classes trabalhadoras, assim o defendem os investigadores além-fronteiras e também comprovam as fichas dos sindicatos nacionais fundados nos anos trinta na Península de Setúbal.

No entanto, o fosso intransponível entre o carácter e o valor do trabalho masculino, feminino e infantil mantém-se, muito devido à própria estratégia da economia familiar (Tilly e Scott, “Women’s work”, 36-64). A insegurança estrutural que caracterizava o trabalho assalariado na indústria e os baixos, salários dos trabalhadores indiferenciados, contribuem para o reforço do papel da família como estratégia de sobrevivência. As economias familiares do mundo rural ou das comunidades marítimas reproduzem-se no subúrbio industrial, onde também desde o antigo regime a divisão sexual do trabalho se efectivara na oficina e no trabalho ao domicílio, onde os homens surgiam commumente com sub-contratadores do grupo doméstico (Moch e Tilly, “Joining”, 3-56). O patronato usufrui desta tradição secular, confiando preferencialmente na família para a transmissão de qualificações e hábitos de trabalho, mas também para baixar o custo do trabalho artesanal e manufactureiro recorrendo largamente à mão-de-obra feminina e infantil.

As estratégias familiares, porém, foram eficazes na organização da ajuda mútua e no acesso ao mundo do trabalho. A fixação nos subúrbios industriais não destruiu as redes de relação provinciais. Pelo contrário, na organização do projecto migratório foram reforçadas as solidariedades comunitárias (Tilly, *Politics*, 77). Quer além-fronteiras quer na Península de Setúbal, através das fontes oficiais ou dos registos de casamentos, é possível verificar que os trabalhadores se fixam preferencialmente em espaços previamente ocupados pelos seus familiares. Para os trabalhadores indiferenciados, as redes de migração e integração eram fundamentais para garantir colocação laboral e os dados empíricos revelam que esta era uma estratégia bastante eficaz, tendo em consideração o número de parentes e conterrâneos a trabalhar nas mesmas unidades de produção (Garcia, “Estratégia”, 420-423).

A divisão social do espaço no seio das aglomerações urbanas é um processo verificado em várias metrópoles europeias, devido à renovação e políticas urbanísticas, à especulação imobiliária e à própria repartição das actividades económicas. A expulsão das classes trabalhadoras para a periferia contribuiu para que a crescente homogeneidade do mundo do trabalho encontrasse paralelo nas áreas residenciais. Não obstante o carácter multiforme dos subúrbios em formação, distinguindo-se nas suas funções urbanas, o peso do sector secundário traduz-se em altas percentagens de operários na estrutura social destes espaços.

De facto, as fontes relacionadas com as questões ligadas à divisão social do espaço e ao alojamento operário revelam que a repartição das actividades económicas, a necessidade dos trabalhadores viverem juntos aos locais de trabalho e os interesses imobiliários especulativos, privilegiaram a proximidade entre o alojamento operário, as fábricas e as oficinas, induzindo uma crescente homogeneidade social das áreas de residência operária. Particularmente, nos países latinos, o escasso desenvolvimento dos transportes metropolitanos, perpetuava o vínculo entre locais de trabalho e residência.

A micro-análise deste processo revela ainda que a segregação espacial se acentuava no subúrbio, onde os estratos mais baixos da pirâmide social se reuniam nos espaços sobrantes em torno das fábricas. Por outro lado, se o Estado intervinha nos centros urbanos contribuindo para a periferialização das actividades poluentes e para a segregação dos trabalhadores da indústria, no que concerne aos subúrbios, a sua intervenção reguladora foi muito limitada. Os pequenos proprietários prediais foram assim os principais agentes da produção dos espaços residenciais destinados ao operariado.

A habitação operária na Península de Setúbal apresenta um padrão identificável em diversos contextos meridionais, tendo um papel fundamental no desenvolvimento de fortes redes de solidariedade. Como deduz Ana Nunes Almeida dos testemunhos orais que recolheu no Barreiro, a pobreza material e as privações são as principais características da vida familiar operária, os «alojamentos exíguos, sobrelotados e precários, situados em pátios, águas furtadas, partes de casas cedidas, abertos para a rua, dificilmente se podem associar à ideia de um *lar* burguês». Neste ambiente o desenvolvimento de relações supra-familiares verifica-se num grau muito mais significativo do que noutros contextos espaciais onde a privacidade é garantida (Almeida *Fábrica*, 97).

De facto, quer as degradantes condições de salubridade quer a própria morfologia dos complexos, onde as fronteiras entre espaços públicos e privados eram pouco nítidas, favoreceram a diluição das redes familiares em vicinais. As proximidades e distâncias sociais reestruturadas nos bairros operários, analisadas a partir dos registos de casamento, demonstram como os laços entre as classes trabalhadoras, germinados nos espaços de residência operária, contribuíram para superar a estratificação verificada nos espaços de produção.

A interacção das redes de migração e integração que organizaram os movimentos demográficos com as redes comunitárias e de ofício locais é indissociável da dinâmica espacial produzida neste território. A concentração da indústria, a especulação imobiliária mas também a deficiência de equipamentos urbanos, tornaram indispensável a acção colectiva dos novos e velhos habitantes da Península de Setúbal.

A partir de meados do século XIX as agremiações operárias e populares ocupam progressivamente as áreas privilegiadas do tecido urbano. A aquisição de espaços coletivos tinha por objectivo sediar as salas de espectáculo, as escolas, as bibliotecas, entre outros serviços básicos negados às populações locais pelo Estado central e para os quais, as autoridades locais, cronicamente subfinanciadas, mal podiam contribuir. Os testemunhos materiais da agência das classes subalternas no território constituem fontes essenciais para a compreender a experiência colectiva nestas comunidades mas também o significativo papel do espaço e da sua produção social na reconfiguração, formalização e consolidação das redes sociais que atravessavam o mundo do trabalho industrial em formação.

A angariação, construção ou aluguer de espaços de sociabilidade, lazer e instrução beneficiou da filantropia de particulares integrados em extractos bem posicionados na pirâmide social, mas nos países latinos, e numa percentagem significativa dos casos analisados na Península de Setúbal, resultou sobretudo do empenho colectivo de elementos enquadráveis nas classes trabalhadoras, nomeadamente operários empregues nas novas unidades de produção industrial, mas também antigos artesãos, pescadores e outros trabalhadores ligados a actividades tradicionais. Colectas, trabalho voluntário, iniciativas para angariações de fundos eram levadas a cabo pela massa associativa para alcançar esse importante objectivo, a propriedade colectiva de um local de reunião, de diversão, de elevação cultural e de emancipação social.

Como pudemos verificar empiricamente uma boa parte destes espaços teve como objectivo mitigar a insuficiência dos equipamentos públicos e privados de assistência e educação, relacionando-se directamente com a experiência vivida nos espaços residenciais. No entanto, o trabalho industrial induziu igualmente a apropriação de espaços muito significativos que convencionamos chamar de contestação – as sedes das associações de classe e outros organismos ligados ao movimento reivindicativo dos trabalhadores. Espaços fortemente marcados pela resistência à imposição de uma nova organização do trabalho.

A articulação à escala do bairro e da aglomeração urbana destas diferentes tipologias de associações contribui decisivamente para estender e adensar as redes de relações informais quer para potenciar a crescente politização dos espaços de sociabilidade secundária entre os trabalhadores. Como tem vindo a ser verificado noutros contextos nacionais, as fronteiras espaciais entre o associativismo operário e popular de previdência, cooperação, cultura, recreio e desporto e o movimento operário na Península de Setúbal eram pouco nítidas.

2. O investimento no associativismo

À semelhança do espaço e da população, a germinação do associativismo operário pode ser observada como um processo sobre o qual actuam conflituamente diversos agentes. Em primeiro lugar os trabalhadores que erguem ou adaptam associações de acordo com as suas necessidades, impostas pela insegurança estrutural do trabalho assalariado e as condições materiais de existência nas novas áreas residenciais. Em segundo lugar, os empregadores e outros elementos das elites que encaram as associações como potenciais instrumentos de controlo e harmonização social. E, finalmente, os Estados liberais, que começam por encara-las com desconfiança mas perante a sua difusão são obrigados a disciplina-las e a circunscrever a sua acção ao campo social.

À escala local observa-se a progressiva formalização das solidariedades operárias, a intervenção das elites no sentido de tutelar as associações voluntárias e inculcar-lhes um carácter paternalista, a gradual autonomização dos trabalhadores na sustentação financeira e gestão das mesmas e o desenvolvimento de uma identidade crescentemente classista. Este processo é indissociável da intervenção de anarquistas, socialistas ou comunistas em oposição a correntes que protagonizavam a conciliação dos interesses do capital e do trabalho e que gozam do apoio do Estado.

O mutualismo, a forma de organização primordial dos trabalhadores no regime liberal, caracteriza-se pela continuidade face às formas de organização corporativa do trabalho artesanal. Destacam-se, numa primeira fase, as hierarquias ainda presentes nas oficinas mas também nas unidades de grande dimensão que não as destruíram de imediato.

A burguesia liberal e o patronato, com o apoio do Estado através de legislação reguladora, procuraram perpetuar o carácter interclassista destas associações, conferindo-lhes um carácter moderado e previdencial contra o esforço dos trabalhadores em utiliza-las como instrumentos de controlo do mercado de trabalho, num período em que o processo produtivo era cada vez mais disciplinado pelos industriais.

Como foi verificado, o desenvolvimento do sistema fabril e da nova organização do trabalho enfraqueceu as estratégias seculares dos artesãos, principais protagonistas do movimento mutualista. A morosidade deste processo, todavia, particularmente na Europa meridional, permitiu a adaptação destas primeiras estruturas organizativas tendente a enquadrar uma mais alargada base social (Robotti, “Associativismo”, 97-101).

Nas associações de base profissional, era negada a participação activa ao proletariado fabril, particularmente às mulheres e menores, ainda encarados como dependentes do *chefe de família*. Na Península de Setúbal foi observado que como membros de um agregado familiar, estes beneficiaram de subsídios na doença ou invalidez e do fornecimento de medicamentos, não podendo filiar-se sem autorização do pai e marido nem participar nas assembleias-gerais. Paulatinamente, todavia, as trabalhadoras não casadas e as viúvas foram sendo reconhecidas como sócias de plenos direitos.

O progressivo alargamento a trabalhadores indiferenciados, num período em que a estratificação da classe operária é ainda muito acentuada no contexto da Europa do Sul, é apenas perceptível no quadro da coesão social dos bairros operários em germinação e nas solidariedades informais que os atravessavam. De facto, é apenas nas associações de socorros mútuos com uma base territorial que ingressam os novos contingentes de trabalhadores das fábricas ou de outros sectores nos quais o processo de proletarização se acelerava. O enraizamento destas estruturas entre as comunidades residenciais beneficia das multi-funções que assumem, nomeadamente culturais e recreativas, e na articulação das suas iniciativas com outras colectividades locais (Tomassini, “L’associazionismo”, 3-42).

Por outro lado, a expansão das bases associativas permite progressivamente abdicar do apoio financeiro do patronato e outros notáveis locais (Lequim, “Citadins”), como é perceptível nos relatórios de contas das sociedades da Península de Setúbal. Muito embora a superação do corporativismo e do inter-classismo não seja completa nem

generalizável, é indiscutível que através desta tipologia de associação germinaram novos valores – o ingresso voluntário ou a gestão democrática -, bem como solidariedades horizontais – através de um progressivo esbatimento das hierarquias (Rotberg, *Social Capital*, 8). Esta evolução induziu a proliferação de outras formas de associação mais inclusivas, como as cooperativas, e com um maior pendor classista e reivindicativo, como as associações de classe.

O cooperativismo europeu surge em meio operário e intimamente ligado ao mutualismo. Nas cooperativas de produção é possível vislumbrar ainda a pesada herança do corporativismo. No entanto, o cooperativismo de consumo contribui de forma inquestionável para a amplificação da base social do movimento associativo. Intimamente relacionado com os graves problemas enfrentados em contexto urbano, nomeadamente a especulação e a carestia de vida, o cooperativismo tem um asinalável eco entre os novos estratos na classe operária - o proletariado fabril (Hilson e Neusinger, *Towards*). Também esta tipologia de associação se enraíza profundamente nas comunidades operárias, herdando o carácter multifuncional das mutualidades, inserindo-se no tecido associativo local, mas também actuando em períodos de crise, como a falta de trabalho ou as greves, como um suporte fundamental para a resistência dos trabalhadores.

Na área de estudo, foi possível verificar que estas associações reflectem distintas proximidades e distâncias sociais, unindo trabalhadores qualificados e indiferenciados mas também, noutros casos, artesãos e pequenos proprietários ou comerciantes. As sociedades com mais alargada base associativa e duração, porém, assumem um carácter mais nitidamente classista. Os industriais e seus agentes são estatutariamente excluídos e os trabalhadores indiferenciados filiam-se em massa. Neste processo aprofunda-se o reconhecimento da mulher trabalhadora.

O associativismo de classe oitocentista caracteriza-se igualmente pela herança corporativa. No entanto, no período em análise assiste-se à crescente ineficácia das estratégias assentes no ofício e na qualificação, tendo em conta a nova organização do trabalho que permite empregar largos contingentes de mão-de-obra indiferenciada.

A metamorfose da estrutura industrial e das classes trabalhadoras foi um processo global na alvorada do século XX. Por toda a Europa procurou-se adaptar as estruturas organizativas tradicionais de forma a poder enquadrar os novos protagonistas do trabalho industrial, dando origem ao que ficou classificado como *novo sindicalismo*. A

composição social das antigas e das novas estruturas criadas demonstram a crescente capacidade de articular os interesses dos trabalhadores qualificados e indiferenciados sob a bandeira de reivindicações mais abrangentes como os aumentos salariais e o horário de trabalho (Hobsbawm, “*Novo Sindicalismo*”, 240-252).

Nos países latinos a comunidade local teve um destacado papel. São sobretudo as relações sociais territorialmente articuladas que permitem superar o estratificado universo do trabalho industrial meridional. As *Uniones locais* têm um maior sucesso do que as *federaciones de oficio*, muito embora estas também germinem naqueles sectores em que a negociação colectiva era possível e eficaz, como no dos transportes. As confederações nacionais, nestes contextos, adquirem assim um carácter dual articulando ambas as fórmulas federativas (Peterson, “*One Big Union*”, 58).

Mais uma vez se destacam, as questões de género. A integração das mulheres nos sindicatos foi muito dificultada pela secular divisão sexual do trabalho e economia doméstica. O carácter irregular do trabalho feminino e os baixos salários determinavam uma menor propensão das mulheres em organizar-se (Borderias, “*Instituciones*”, 28-35). No entanto, nas primeiras décadas do século XX, a expansão do mercado de trabalho industrial e a estabilização dos postos de trabalho, mesmo entre as mulheres e crianças, terá potenciado a acção colectiva destes grupos.

Na Península de Setúbal, em particular na segunda década do século XX, é possível observar em detalhe, à escala do lugar, de que forma as estruturas organizativas tradicionais apoiaram a mobilização dos trabalhadores indiferenciados. Nas vésperas da guerra estes ingressam em associações de classe já formadas – como nas dos corticeiros - e formam diversas organizações autónomas, inclusive só de mulheres – como a das conserveiras em Setúbal. Este processo beneficiou da inserção dos sindicatos no tecido associativo local e do seu destacado papel como espaços de sociabilidade e lazer.

3. O reportório de acção colectiva

O reportório de acção colectiva das classes trabalhadoras da Europa do Sul também conheceu uma importante metamorfose no período em análise, reflectindo a evolução do trabalho industrial, do mundo social e dos recursos organizacionais do operariado.

Na última década de oitocentos tem ainda destaque a resistência à nova organização do trabalho, concretizada em conflitos em tornos da disciplina e regulamentos nas

fábricas. Perante a inexorável perda de controlo sobre o processo produtivo os artesãos e trabalhadores qualificados investiram fortemente no controlo do mercado de trabalho, através das suas organizações, pelo que as greves em defesa do direito de associação estiveram entre as mais efectivadas até à I Guerra (Cieri “Conflitividad”, 25-37). Estas estratégias conheceram níveis de eficácia distintos, consoante o grau de concentração, mecanização, investimento de capitais, dependência dos industriais face à mão-de-obra qualificada, entre outras variáveis relacionadas com o lento processo de industrialização (Tilly, *Politics*, 150-151).

Na aglomeração de Lisboa, estas estratégias foram eficazes na indústria corticeira e conserveira, onde os pequenos industriais, por um lado tinham pouca capacidade de resistir às imposições dos trabalhadores qualificados no que respeita ao processo produtivo e por outro apoiavam a sua resistência à concentração e mecanização que também punha em causa os seus interesses. Nos sectores e nas empresas menos dependentes do trabalho qualificado, os conflitos opunham a estratégia patronal de substituição dos trabalhadores tendente a baixar os salários e a resistência dos mesmos com base no controlo do mercado de trabalho, recorrendo à organização sindical.

Na alvorada do século XX, como vimos, assiste-se à progressiva integração do proletariado fabril no movimento reivindicativo dos trabalhadores. As ondas grevistas que marcam a segunda década da centúria demonstram de que forma a produção social do espaço e das populações estão co-implicados neste processo. Segundo o padrão meridional, são as áreas industriais metropolitanas as mais atingidas por estes ciclos de agitação social, em paralelo com o *hinterland* rural a partir de onde se organizaram os principais fluxos migratórios (Haimson e Sapelli, *Strikes*, 13-21). A onda de greves de 1910-1913 que se estendeu da aglomeração de Lisboa para o Alentejo é sintomática.

Demonstram ainda como as redes sociais recompostas nas novas áreas de residência operária permitiram superar em parte a estratificação entre trabalhadores qualificados e indiferenciados, mas também como as antigas redes de ofício foram fundamentais para a articulação trans-local dos protestos e lutas. O reforço destas redes havia beneficiado da predominância de dois sectores industriais que davam consistência ao aparelho produtivo regional - o corticeiro e o conserveiro.

Em paralelo, a entrada das mulheres nas fábricas e o seu comprovado papel na organização das solidariedades informais vicinais e comunitárias, permitiu relacionar as lutas em torno da produção com os conflitos relacionados com o consumo (Procacci

“Rassegnazione”, 46-111). Nestes últimos, entre os quais se destacam as revoltas da fome durante a guerra, as mulheres têm a liderança. Os estudos monográficos têm demonstrado que a aparente espontaneidade destas mobilizações relaciona-se com o carácter informal dos recursos organizacionais utilizados. Em alguns contextos, porém, tem-se observado que as associações locais bem enraizadas nas comunidades de residência participaram activamente na mobilização (Taylor, “*Food riots*”) como foi comprovado empiricamente na Península de Setúbal.

O ciclo de agitação social de 1917-1920 reflecte a profunda articulação entre estes dois reportórios de acção colectiva. Como tem vindo a ser observado além-fronteiras, as *food riots* nesta conjuntura distinguem-se claramente das *jaqueries* típicas do Antigo Regime, não só pelo envolvimento do operariado organizado nas mesmas, como pelo novo papel assumido pelo Estado. O redireccionamento da contestação face ao poder oficial facilita a convergência entre as lutas dos produtores e dos consumidores. De facto, as populações locais reivindicam sobretudo a repressão oficial dos açambarcamentos e os sindicatos a implementação da lei das oito horas de trabalho e outros regulamentos legais as relações laborais.

A moção aprovada nas centenas de comícios de preparação da *greve geral de todos os consumidores* de Novembro de 1918, exigia, entre outras reivindicações, «o deferimento das múltiplas reclamações dos organismos operários pendentes nos vários ministérios» e «que os municípios adquiram nas fontes de origem as subsistências para venda directa ao consumidor, dispensando-se assim os intermediários; e que as comissões criadas nos municípios para esse efeito tenham a representação de delegados das organizações operárias» (Pereira, *Sindicalismo Revolucionário*, 112).

Conclusão

Em suma, o desenvolvimento das estruturas organizativas das classes trabalhadoras na Europa do Sul teve como esteio principal as comunidades de trabalho, residência e lazer que, nestes contextos, se caracterizavam pela sobreposição da organização social e espacial. Contudo, a germinação de laços trans-locais, com base em seculares redes de ofício mas também de migração e integração, foi fundamental para a articulação das lutas à escala nacional. A crescente intervenção económica e

social do Estado estimulou este salto de escala, bem como o extravasar das lutas económicas para a arena política.

A politização do movimento reivindicativo foi potenciada pela guerra, a revolução russa e a subsequente crise económica e social. A formalização das redes supracitadas em federações e confederações nacionais resulta essencialmente da necessidade crescente de pressionar o Estado no sentido de garantir a protecção social e a regulação dos mercados de abastecimentos e laborais. Foram estas pretensões operárias e populares que estiveram em discussão no congresso mutualista de 1911, no congresso cooperativo de 1920, e nos Congressos Nacionais Operários de 1914 e 1919. À falta de um partido de massas estas estruturas representaram politicamente os interesses do operariado em formação nos últimos anos deste período de longo termo marcados pelo agudizar da crise do liberalismo.

BIBLIOGRAFIA

Agustín Galán García, “Estratégia Familiar y mercado de trabalho en Rio Tinto, 1873-1936”. In *El Trabajo a traves de la historia* coordinada por Santiago Castillo, 420-423. (Madrid: Asociación de Historia Social, 1996).

Alejandro Andreassi Cieri, “La conflictividad laboral en Cataluña a comienzos del siglo XX: sus causas”, In: *Historia Social*, n.º 29 (1997), 25-37

Ana Nunes de Almeida, *A Fábrica e a família: famílias operárias no Barreiro*. (Lisboa: [s.n.], 1990).

Charles Tilly, “Demographic Origin of the European Proletariat”. In, *Proletarianization and Family History* editado por David Levine (New York, 1984).

Cristina Borderias, “Instituciones y género en la formación de los mercados de trabajo”, In *Género y políticas del trabajo en la España contemporânea: 1836-1936*, p28-35 (Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2007)

Danielle Jalla, “Les Barrières ouvrières de Turin”, *Mouvement Social*, Vol. XXXII/1 (Janvier 1982)

Diego Robotti, “Associativismo professionale Torinese” In *Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenómeno associativo durante XVIII e XIX secolo* coordinado por Maria Teresa Maillari, 97-101 (Firenze: Leo S. Olschki, 1990)

Luigi Trezzi, “Eredità corporativa nella cooperazione” In *Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenomeno associativo durante XVIII e XIX secolo* coordinado por Maria Teresa Maillari, 97-101 (Firenze: Leo S. Olschki, 1990)

Eric J. Hobsbawm, “O Novo Sindicalismo em perspectiva”, In *Mundos do Trabalho*, 240-252 (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000)

Eulália de Medeiros e Paulo Guinote, *A banda d'além Tejo» na História: roteiro histórico da margem do estuário do Tejo das origens ao fim do Antigo Regime*. (Lisboa: Grupo de Trabalho do Min. da Ed. para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000).

- Georges Duby (dir.), *Histoire de la France Urbaine: Vol. IV* (Paris: Seuil, 1983)
- Giovanna Procacci, “Dalla rassegnazione alla rivolta: osservazione sul comportamento popolare nella prima guerra mondiale”, In: *Ricerche Storiche*, Ano XIX, n.º 1 (Gennaio-Aprile 1989): 46-111
- Jacques Girault, “Industrialisation et ouvri risation de la banlieue parisienne”. In *Ouvriers en banlieue XIXe-XXe siècles*, 174-175 (Paris: Les  ditions Ouvrières, 1998).
- James Cronin e Carmen Sirianni, *Work, Community, and Power: The Experience of Labor in Europe and America, 1900–1925*, (Philadelphia: Temple University, 1983), 20-48.
- Jean-Louis Robert, “La Banlieue dans le Paris ouvriers de la Première Guerre Mondiale”. In: *Ouvriers en banlieue XIX e XX siècle* dirigido por Jacques Girault, 108 e seguintes. (Paris: Les  ditions Ouvrières, 1998).
- Joana Dias Pereira, *O Sindicalismo Revolucionário: a história de uma Id a* (Lisboa: CNCCR, 2011).
- John Breully, *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe: essays in comparative history*. (Manchester: University Press, 1994).
- John M. Merriman (dir.), *Consciousness and class experience in nineteenth-century Europe* (Teaneck: Holmes & Meier Publishers, 1979).
- Larry Peterson, “The One Big Union in international perspective: Revolutionary Industrial Unionism 1900-1925”, In *Work, Community and Power: The Experience of Labor in Europe and America, 1900–1925* editado por James E. Cronin e Carmen Sirianni, 58 (Philadelphia: Temple University, 1983).
- Leopold H. Haimson e Charles Tilly (coord.), *Strikes, social conflict and the First World War* (Mil o: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, 1992).
- Leslie Page Moch and Louise A. Tilly - “Joining the Urban World: Occupation, Family, and Migration in Three French Cities”. *Comparative Studies in Society and History*, 27/1 (Jan., 1985): 33-56
- Louise Tilly e Joan Scott, “Women’s work and the family in nineteenth-century Europe”, *Comparative Studies in Society and History*, 17/1 (Janeiro de 1975): 36-64
- Louise Tilly, *Politics and class in Milan: 1881-1901*. (Oxford: University Press, 1992).

Luigi Tomassini, “L’associazionismo operaio: il mutualismo nell’Italia liberale”, *Annali della Fondazione Feltrinelli*, Volume 33 (Março de 1999): 3-42

Lynne Taylor, “Food riots revisited”, *Journal of Social History*, Winter, 1996. Disponível em linha: <http://www.jstor.org/pss/3789390>

Mary Hilson e Silke Neusinger, *Towards a global history of consumer cooperatives* (Leida: Brill, no prelo).

Michael Hanagan, *The logic of solidarity: artisans and industrial workers in three french towns, 1871-1914* (Urbana: University of Illinois Press, 1980).

Pierre Merlin, *Les banlieues des villes françaises* (Paris: la Documentation française, 1998).

Robert I. Rotberg, “Social Capital and Political Culture”, In *Patterns of social capital: stability and change in historical perspective* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001).

Torres, Cláudio, “A outra banda”. In *O Livro de Lisboa* coordenado por Irisalva Moita, 169-174. (Lisboa: Horizonte, 1994).

Yves Lequim, *La formation de la classe ouvrière régionale. Les Ouvriers de la région lyonnaise (1848-1914)* (Lyon: Presses universitaires de Lyon, 1977).

Yves Lequin, “Le citadins, les classes et le lutes sociales”. In: *La ville de l’âge industriel: le cycle haussmannien* dirigido por Georges Duby e Maurice Agulhon, 471-560. (Paris: Editions Seuil, 1983).

Joana Dias Pereira

Joana Dias Pereira. É investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL. A sua tese de doutoramento foi consagrada ao tema *A produção social da solidariedade operária: o caso de estudo da península de Setúbal (1890-1930)*, analisando os espaços, comunidades, redes e associações germinadas nos subúrbios industriais em formação. A sua tese de mestrado, intitulada *Sindicalismo Revolucionário: História de uma Idéa*, examina a história da ideológica e política do movimento operário emergente na alvorada do século XX. Tem publicado inúmeros artigos, capítulos e obras colectivas sobre estas temáticas.

Contacto: joana.dp@gmail.com

«Eu, Joana Dias Pereira, na qualidade de autora do trabalho intitulado **A produção social da solidariedade operária: o caso de estudo da península de Setúbal**, declaro conhecer e aceitar as «Normas para publicação das coleções eletrónicas IHC», disponibilizadas em <http://ihc.fcsh.unl.pt>.»